

Operação investiga fraudes de R\$ 145 mi em bets licenciadas por município de 2.363 habitantes

Pedro S. Teixeira

OUTRO LADO: Prefeitura de Bodó que arrecadou R\$ 8,3 mi com venda de licença irregular não respondeu

Segundo MP, casas de apostas aplicavam golpes, e autoridades estimam transações de bilhões de reais

Sites de apostas clandestinos que atuavam sob licença irregular emitida pela Prefeitura de Bodó, cidade de 2.363 habitantes no Rio Grande do Norte, foram alvo da Receita Federal e dos Ministérios Públicos de Pernambuco e do Rio Grande do Norte nesta quinta-feira (18).

Ao longo de dez meses, a LotSeridó, loteria criada pelo município de Bodó, licenciou 37 sites e arrecadou R\$ 8,3 milhões em taxas, segundo o MP. O volume indica uma receita declarada de R\$ 415 milhões para as casas de apostas investigadas.

A Receita Federal estima, contudo, que os crimes cometidos pelas empresas deixaram um prejuízo de R\$ 145 milhões para a população e para a União. "Essas empresas apresentaram movimentação financeira de bilhões de reais, e o valor exato será revelado com os dados coletados nas buscas, apreensões e quebras de sigilo", informou o Fisco em nota.

As autoridades investigam fraudes contra o consumidor, movimentação financeira incompatível com rendimentos declarados, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro por meio da compra de imóveis e ausência de repasse sobre a receita líquida dos jogos —obrigação prevista na legislação federal de apostas. Foram cumpridos 14 mandados de busca e apreensão em Pernambuco, no Ceará e em São Paulo.

A Folha tentou contato com a Prefeitura de Bodó pelo telefone indicado no site oficial da administração, mas o número informado não existe. O email enviado à ouvidoria não recebeu resposta até a publicação desta reportagem. O prefeito José Horizon (PL-RN) também foi procurado por meio de sua rede social, mas não se manifestou.

Enquanto a Fazenda cobra R\$ 30 milhões pela licença, além de uma taxa de 12% da receita, as cobranças em Bodó ficavam em R\$ 5.000 pela papelada mais uma taxa administrativa de 2% sobre as receitas.

A LotSeridó funcionou até outubro de 2025, pouco antes de o STF (Supremo Tribunal Federal) proibir definitivamente as licenças municipais de loteria, em dezembro daquele ano. Mesmo após o veto, as empresas autorizadas por Bodó continuaram a operar sem o aval de órgãos competentes.

"O grupo investigado constituiu dezenas de empresas de exploração de jogos de azar e instituições de pagamento. Elas eram repassadas formalmente a terceiros sem capacidade econômica, enquanto o controle gerencial e financeiro permanecia com o grupo", afirmou a Receita. Parte dos supostos laranjas identificados na fraude recebeu parcelas do auxílio emergencial.

Segundo pessoas ligadas às investigações, um dos alvos da Operação Canto da Sorte é Camilo Roma de Brito, presidente da Analome (Associação Nacional das Loterias Municipais e Estaduais), entidade que faz pressão pela descentralização das licenças de apostas, hoje uma competência dos estados e da União.

Como mostrou reportagem da Folha, o próprio Brito mantinha registros de 24 sites de apostas na LotSeridó, alguns deles vinculados a endereços falsos em Bodó. À época, o empresário declarou ter apenas três plataformas. Ele afirmou que suas empresas "permanecem inativas desde sua abertura em dezembro de 2024, sem qualquer operação ou faturamento, aguardando o cenário nacional", e não explicou as irregularidades nos endereços locais.

Procurado novamente nesta quinta por email enviado à Analome às 8h50, Brito não respondeu. A Folha também tentou contato telefônico com a mãe do empresário, sem sucesso.

Brito é sócio de um filho do ex-prefeito de Bodó, Marcelo Mário Porto Filho, em um posto de combustíveis na cidade. Foi na gestão de Porto Filho que a LotSeridó foi instituída. O ex-prefeito governou o município por dois mandatos e é aliado político do atual chefe do Executivo, José Horizon.

Em outubro passado, a maior parte dos sites credenciados pela loteria municipal já havia saído do ar, especialmente os ligados a Brito. A plataforma Pinbet, porém, seguiu ativa e recebendo lances até sair do ar nesta quinta-feira.

A Pinbet, diferente de outras firmas abertas pelo empresário, registrava um endereço real: uma loja em um shopping center em Toritama (PE), centro

comercial do qual Brito já foi síndico. O site operava apostas esportivas e jogos eletrônicos como o Fortune Tiger, conhecido popularmente como "jogo do tigrinho", marcado pelo potencial de prejuízo financeiro aos usuários.

A LotSeridó deu aval não apenas a bancas do próprio município, mas também a empresas sediadas em São Paulo, Jaú (SP), São Caetano do Sul (SP), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Vitória (ES), Rio de Janeiro (RJ) e Toritama (PE).

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/06/operacao-investiga-fraudes-de-r-145-mi-em-bets-licenciadas-por-municipio-de-2363-habitantes.shtml>

Veículo: Online -> Portal -> Portal Folha de S. Paulo

Seção: São Caetano